



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004041-52.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Simone Maria Pissone Firmiano**  
 Requerido: **DEPARTAMENTO AUT. DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA - DAAE**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**SIMONE MARIA PISSONI FIRMIANO** ajuizou ação de restituição em dobro de valores em face do **DAAE – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO** alegando que em março de 2017, locou um imóvel de propriedade de sua prima Juliana Elizabete Celli. Ocorreu que o imóvel encontrava-se sem o fornecimento de água em virtude de inadimplência do antigo locatário, assim, ao comparecer perante a agência do requerido, lhe foi imposta à adesão de parcelamento dos antigos débitos a fim de se efetuar o religamento dos serviços relativos à água e esgoto. Afirmou que ficou sem opção e aderiu ao parcelamento assumindo a dívida pertencente ao inquilino anterior, no valor de R\$ 1.687,61 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos). Em razão desses fatos, por ter sido obrigada a pagar débito pertencer a outra pessoa, pretende a restituição em dobro do valor de R\$ 3.375,22 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Com a inicial vieram os documentos.

Citado, o requerido apresentou contestação. Sustentou, em resumo, que a autora aderiu de livre e espontânea vontade ao parcelamento do débito, não havendo nada nos autos que afaste a validade do negócio jurídico realizado. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do

**1004041-52.2018.8.26.0037 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

O que se observa nos autos é que a autora, de forma livre e conscientemente, pois não há prova em contrário que demonstre que tenha ocorrido coação, acabou por assumir o débito, firmando termo de confissão (fl. 94) e, conseqüentemente, assumindo a obrigação de honrar com o débito em aberto.

Desta forma, tem-se que o usuário que firma termo de confissão de dívida e compromisso de pagamento parcelado reconhece não só a procedência da regularidade da cobrança, como também assume a obrigação do pagamento do débito consolidado de conformidade com as normas estabelecidas pela autarquia.

Não se vislumbra, pois, direito quanto à restituição pleiteada na inicial.

Ademais, é de se anotar que, caso a autora, efetivamente, não concordasse com a cobrança dos valores lançados no termo de confissão de dívida, deveria ter tomado as providências cabíveis na época, inclusive se socorrer do Judiciário.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará a autora com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), ressalvada a gratuidade.

P. I. C

Araraquara, 21 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**